

HABEAS CORPUS Nº 569.969 - PE (2020/0077843-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA ROSSITER - PE028051
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ROSANA SILVA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em face de decisão, assim relatada (fls. 35):

Trata-se de ordem de *habeas corpus*, com pedido de concessão de medida liminar, impetrada pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco em favor de Rosana Silva de Souza, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz da Segunda Vara Regional de Executo Penal, encaminhada ao e-mail institucional desse gabinete, nos moldes do art. 2º do Aviso Conjunto nº 02/2020.

Em apertada síntese, alega a Impetrante que a paciente cumpre pena definitiva desde 13/05/2017 em razão de condenação imposta no processo n. 0003860-38.2015.8.12.0013, tramitado na Segunda Vara da Comarca de Jardim, Estado do Mato Grosso do Sul, todavia, até a presente data, não consta na Segunda Vara Regional de Execução Penal, tampouco nas demais varas de execução penal do Estado de Pernambuco, o registro do processo referente à paciente, tornando impossível, deste modo, a formulação de qualquer pedido junto à vara competente pela execução da pena imposta. Além disso, diz que a paciente apresenta comorbidade preexistente à pandemia do Covid-19 (Hipertensão - CID:1-10 e Diabetes Mellitus CID-E 11.9), o que a coloca na população em faixa de risco para a doença.

No presente *habeas corpus*, alega a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que a paciente estaria *presa à deriva da fiscalização do judiciário, leia-se, sem qualquer registro ou previsão de progressão de regime, sem qualquer perspectiva de livramento condicional, ou possibilidade de unificação da pena, indulto ou comutação, e tampouco de extinção da pena após o seu cumprimento.*

Defende, ainda, a necessidade de concessão de progressão de regime ou prisão domiciliar, em razão de ser portadora de comorbidades preexistentes ao novo coronavírus.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja expedido o alvará de soltura.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

O Tribunal *a quo* indeferiu a liminar nos seguintes termos (fls. 36-38):

Com efeito, o impetrante assume que a prisão teria se dado em 13/05/2017, o que, a princípio, vai de encontro ao disposto no art. 3º da Resolução n. 267/2009 dessa e. Corte, que disciplina o Plantão Judiciário e dispõe ser de competência dos juízes plantonistas processar, decidir e executar medidas e outras providências urgentes, fundadas no receio de dano irreparável ou de difícil reparação, as quais, em razão do tempo exíguo, não tinham condições objetivas de serem interpostas no horário normal do expediente forense, ou baseadas em fatos ocorridos no período abrangido pelo plantão.

Ademais, a alegação dos riscos causados aos internos do sistema prisional pela pandemia do COVID-19, por si só, não se mostra suficiente ao relaxamento da prisão em sede liminar. Com efeito, apesar da Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, e o próprio laudo anexado aos presentes autos, me parece ser inviável, sem aprofundamento das provas contidas e sem as informações da autoridade coatora - providências essas absolutamente prejudicadas em regime de plantão -, acolher tal pretensão, já que, como dito, ínsita à comprovação evidente da ilegalidade do ato.

Assim, inevitavelmente, analisar a suposta ofensa à liberdade de locomoção da paciente demandaria a instrução probatória e, no mínimo, **a requisição de informações ao juízo de origem, além do próprio aprofundamento da sua condição de saúde e do próprio encarceramento**, a fim de se aprofundar a adequação do caso à recomendação do Conselho Nacional de Justiça, providências essas, como dito, incompatíveis com a natureza do presente exame.

Dessa forma, diante da insuficiência de elementos probatórios hábeis a autorizar, prefacialmente e em regime restrito de plantão (Resolução n. 267/2009), a concessão da liberdade a paciente, indefiro o pedido liminar.

Como se vê, a liminar foi indeferida em razão da ausência de informações a respeito da saúde da paciente e da situação de encarceramento.

Quanto ao ponto, cumpre ponderar que a crise mundial do Covid-19 trouxe já uma realidade diferenciada de preocupação com a saúde em nosso país e faz ver como ainda de maior risco o aprisionamento - a concentração excessiva, a dificuldade de higiene e as deficiências de alimentação naturais ao sistemas prisional, acarretam seu enquadramento como pessoas em condição de risco.

O Judiciário brasileiro permanece atuando, mas com redução de audiências e suspensão dos prazos, assim prolongando a conclusão dos feitos, daí gerando também maior risco pela demora das prisões cautelares.

Nesse momento, configurada a dificuldade de rápida solução ao mérito do processo e o gravíssimo risco à saúde, o balanceamento dos riscos sociais frente ao cidadão acusado merece diferenciada compreensão, para restringir a prisão cautelar. Apenas crimes com violência, praticados por agentes reincidentes ou claramente incapazes de permitir o regular desenvolvimento do processo, poderão justificar o aprisionamento. Crimes eventuais e sem violência, mesmo com justificada motivação legal, não permitem a geração do grave risco à saúde pela prisão.

Esse é o sentido da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, arts. 1º e 5º:

Art. 1º Recomendar aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos estabelecimentos do sistema prisional e do sistema socioeducativo.

Parágrafo único. As recomendações têm como finalidades específicas:

I – a proteção da vida e da saúde das pessoas privadas de liberdade, dos magistrados, e de todos os servidores e agentes públicos que integram o sistema de justiça penal, prisional e socioeducativo, sobretudo daqueles que integram o **grupo de risco, tais como idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;**

II – redução dos fatores de propagação do vírus, pela adoção de medidas sanitárias, redução de aglomerações nas unidades judiciárias, prisionais e socioeducativas, e restrição às interações físicas na realização de atos processuais; e

III – garantia da continuidade da prestação jurisdicional, observando-se os direitos e garantias individuais e o devido processo legal.

[...]

Art. 5º Recomendar aos magistrados com competência sobre a **execução penal** que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, nos termos das diretrizes fixadas pela Súmula Vinculante no 56 do Supremo Tribunal Federal, sobretudo em relação às:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até 12 anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência e demais pessoas presas que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no

estabelecimento, sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão de sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

II – alinhamento do cronograma de saídas temporárias ao plano de contingência previsto no artigo 9º da presente Recomendação, avaliando eventual necessidade de prorrogação do prazo de retorno ou adiamento do benefício, assegurado, no último caso, o reagendamento da saída temporária após o término do período de restrição sanitária;

III – concessão de prisão domiciliar em relação a todos as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução;

IV – colocação em prisão domiciliar de pessoa presa com diagnóstico suspeito ou confirmado de Covid-19, mediante relatório da equipe de saúde, na ausência de espaço de isolamento adequado no estabelecimento penal;

V – suspensão temporária do dever de apresentação regular em juízo das pessoas em cumprimento de pena no regime aberto, prisão domiciliar, penas restritivas de direitos, suspensão da execução da pena (sursis) e livramento condicional, pelo prazo de noventa dias;

Parágrafo único. Em caso de adiamento da concessão do benefício da saída temporária, o ato deverá ser comunicado com máxima antecedência a presos e seus familiares, sendo-lhes informado, assim que possível, a data reagendada para o usufruto, considerando as orientações das autoridades sanitárias relativas aos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do novo coronavírus.

Contudo, no presente caso, tem-se que a paciente foi condenado à pena de 4 anos, 6 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais 437 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas, porque (fl. 57):

“(...) no dia 22 de novembro de 2015, por volta das 10h15min, na rodovia BR 060, Km 28, Centro, Distrito do Boqueirão, dentro do ônibus da Viação Cruzeiro do Sul, ROSANA SILVA DE SOUZA, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, foi flagrada enquanto transportava cerca de **9,200 kg (nove quilos e duzentas gramas) da droga cannabis sativa linneu popularmente conhecida por 'maconha'**, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, conforme se infere do laudo de constatação preliminar de f. 22. Segundo se apurou, na data e hora acima, policiais militares realizavam fiscalização de rotina no Distrito do Boqueirão, ocasião em que abordaram o ônibus da Viação Cruzeiro do Sul em que estava a denunciada e lograram êxito em encontrar cerca de 9,200 kg (nove quilos e duzentas gramas) de maconha distribuídos em 18 (dezoito) tabletes na bagagem de Rosana Silva de Souza. Dada voz prisão, a denunciada foi encaminhada para delegacia de polícia, local onde confessou que foi contratada por ter ceira pessoa, para transportar o entorpecente apreendido em seu poder da cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul, até Pernambuco, seu estado de origem, pela recompensa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).”

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, inviável a concessão de prisão domiciliar ou progressão de regime à paciente, diante da gravidade do delito praticado, consistente no tráfico de grande quantidade de drogas.

Ademais, apesar de constar nos autos laudo afirmando que a paciente é portadora de hipertensão e diabetes mellitus, consta, no mesmo documento, que está sendo acompanhada pelo setor de saúde da referida unidade prisional. Assim, não se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento da liminar.

Não se vislumbra, portanto, possibilidade de mitigação da Súmula 691/STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator